

CONSTRUÇÕES INTERSUBJETIVAS NA PRÁTICA PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIA: reflexões

*Jetur Lima de Castro**
*Luiz Eduardo Ferreira da Silva***
*Alessandra Nunes de Oliveira****

RESUMO

O artigo aborda a prática intersubjetiva na Biblioteconomia e a ação progressista, com o fim de encontrar pistas sobre a receptividade que envolve essa ciência como uma área humanística, institui os pensamentos críticos e emancipatórios visando os laços da cooperatividade. Para isso, contempla a teoria e a prática e ressignifica a ação técnica pela ação progressista (social) do bibliotecário. Trata-se de uma pesquisa teórica, de abordagem crítica e interpretativa, com base no pensamento de Jürgen Habermas sobre a ação comunicativa e pautada na caracterização hermenêutica, que tenta se desenvolver na ação discursiva, no diálogo intersubjetivo da Biblioteconomia e no papel social do bibliotecário. O estudo mostrou que é necessário conduzir os profissionais bibliotecários para mais perto do social, com mediação e práticas discursivas, e edificar aportes para que pensem para além das aporias instrumentais e façam além dos paradigmas que são instituídos. Por intermédio das razões comunicativas, vem a reboque a reforma dos construtos (instrumentais) da ideologia da técnica, na perspectiva de tornar os usuários sujeitos mais autônomos. Portanto, embora seja um estudo de base interpretativa, pode-se afirmar a Biblioteconomia progressista e crítica é um ponto de partida para outros estudos, um caminho aberto para a Ciência da Informação e seus estudos de base epistemológica.

Palavras-chave: Ação comunicativa. Biblioteconomia. Bibliotecário. Emancipação. Dignidade humana.

* Mestrando em Ciências da Comunicação no Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará, Brasil. Graduado em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Pará, Brasil. Pesquisador na Rede Brasileira de Preservação Digital (Rede Cariniana) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Brasil.
E-mail: jetur.er@gmail.com.

** Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil. Professor adjunto do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal do Pará, Brasil.
E-mail: luizEduardo.ufpb@gmail.com.

*** Mestranda em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará, Brasil. Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Pará, Brasil.
E-mail: alessandranunesoliveira@gmail.com.

I INTRODUÇÃO

Considerando que o papel da compreensão é o de olhar a Ciência de forma crítica, este estudo traz uma abordagem sobre a prática intersubjetiva na Biblioteconomia e a ação progressista, visando encontrar indícios da receptividade que abarca a Biblioteconomia como uma área humanística e institui os pensamentos críticos e emancipatórios que visam à cooperatividade no meio social. Para isso, foram contempladas a teoria e a prática, na

perspectiva de ressignificar a ação técnica pela ação progressista (social).

Trata-se de uma pesquisa teórica, de abordagem crítica e interpretativa, para cujo desenvolvimento se recorreu ao pensamento de Jürgen Habermas sobre a ação comunicativa, e pautada na caracterização hermenêutica alicerçada no conceito de autorreflexão,¹ que

1 O enquadramento metodológico que estabelece o sentido da validade dessa categoria de enunciados críticos avalia-se pelo conceito de autorreflexão, a qual liberta o sujeito da dependência de poderes hipostasiados. A autorreflexão é determinada por um interesse

tenta desenvolver-se na ação discursiva e no diálogo intersubjetivo a respeito do papel social do bibliotecário, sob o ponto de vista de Tachizawa e Mendes (2006), que proporcionam um espaço de compreensão e de debate sobre as questões que intrigam a realidade e visam explicar um problema, usando o conhecimento disponível com base nas teorias publicadas em livros ou obras homólogas, documentos impressos e digitais, vídeos e documentos oficiais indispensáveis aos estudos históricos (GIL, 2002).

2 SOBRE A DIGNIDADE DO SER HUMANO

Sob o ponto de vista de Habermas (1990), a ideia de uma sociedade justa implica a promessa de emancipação e de dignidade humana. A valoração de um saber intrínseco humano traz-nos narrativas por meio das quais podemos colocar em questão o conhecimento objetivo dado pela ciência moderna. Nesse seguimento, queremos mostrar “ação progressista” na Biblioteconomia sob o viés comunicativo. Para isso, buscamos indícios sobre a receptividade que abarca a Biblioteconomia como uma área e profissão humanística, que se orienta pelas práticas sociais para deixar o conhecimento mais acessível para a humanidade. Porém essas ações não se caracterizam somente como um “ato funcional” que rodeia seu campo científico.

A dignidade humana é um preceito humanitário que circunda o campo da ética e ações que legitimam os indivíduos como cidadãos. Na visão de Habermas (2010), ela é a chave das relações interpessoais, que se presume na força da coletividade do diálogo cooperativo entre atores, uma articulação conceitual que envolve a moralidade, a igualdade e o respeito a todos.

O autor argumenta que essa relação de convivência continua embaraçada e condicionada a uma racionalidade instrumentalizada que limita a emancipação. Habermas (1990; 1997; 2000) assevera que, com a ação comunicativa, esse desfecho passa a ser promulgado de ações compreensivas do entendimento dos seres humanos e da natureza e que essa relação emerge

quando a substância normativa abona a igualdade, seguida da autodeterminação dos indivíduos que se abastecem do direito de serem informados.

A informação é o fenômeno que liga e religa as relações sociais, políticas e econômicas. Para Barros (2008, p. 20),

é uma das necessidades básicas mais antigas do ser humano. Para realizar suas atividades habituais, em todas as épocas e com pequenas variações entre culturas, o homem aprendeu a manifestar os seus desejos por meio de linguagens, comunicações, gestos, mensagens, percepções, símbolos, imagens, crenças, utilizando-se dos mais variados sentidos e estados de espírito a ele inerentes (razão, visão, audição, fala, humor, olfato, tato, choro, grito etc.).

De igual modo, a informação é um dos constituintes de valor intrínseco dos seres humanos, um fenômeno na união de grupos e de culturas para entenderem os fatos e compartilhá-los. Conforme Barros (2008), em um contexto de relações sociais, políticas e econômicas, a informação deve ser transparente para se alcançar a dignidade. Segundo o autor,

[...] a informação necessita, igualmente, de mecanismos concretos e eficazes para torná-lo uma ação transformadora, como fator de criação de uma conscientização ética e coletiva na participação pública, e a partir de experiências positivas impedir eventos danosos à coletividade (BARROS, 2008, p. 120).

No âmbito da Biblioteconomia, por sua vez, a formação deve ser um meio pelo qual se educam os bibliotecários (ANDERSEN, 2005), um espaço preocupado com a organização, a produção e o compartilhamento do conhecimento e uma esfera fabulosa para se refletir sobre o viés humanístico-social. Um exemplo disso é a postura profissional do bibliotecário como “aquele que presta informações profissionalmente, o sujeito que junta e organiza as respostas em vista das prováveis indagações e que pode ser identificado como informador” (MILANESI, 2002, p. 11).

A tarefa essencial do bibliotecário é de “levar para uma mais completa exaustão os direitos existentes para a descoberta e a construção de novos direitos [...] a partir da multiplicidade de experiências” (HABERMAS, 2010, p. 467, tradução nossa). Essa relação de direitos manifesta-se na ação do bibliotecário, que efetiva o papel de agente que não se presume em ações funcionais no ambiente onde está inserido.

emancipatório do conhecimento, e as ciências de orientação crítica partilham-no com a Filosofia (HABERMAS, 2009, p. 140).

Na concepção humanística da Biblioteconomia, é “necessário dar um sentido social às informações, transformando-as em produtos utilizáveis pela sociedade como um instrumento essencial ao seu crescimento” (MILANESI, 2002, p. 12). Nas bibliotecas, as ações de mediação dos bibliotecários precisam ser de livre arbítrio, e os atores envolvidos nesse espaço devem, de acordo com Habermas (2010), ser capazes de formar suas ações comunicativas pessoais no ambiente cultural de sua escolha. Para isso, devem proceder agregados aos direitos democráticos de sua participação, que excedem a falsa dominação da ideologia técnica².

A discussão referente à dignidade humana versa sobre as ações do direito e da pluralidade dos seres humanos em detrimento das ações coletivas cotidianas, posto que os bibliotecários não devem continuar circunstanciados pela visão isolada das estruturas comunicativas, e suas ações precisam ser discutidas, a fim de que as realizem agindo comunicativamente.

Nesse mesmo contexto, equiparase uma questão de ousadia referente à emancipação da informação. Barros (2008, p. 192), em seus estudos, diz que “o direito de receber informações sobre fatos ou atos sejam vitais à ação e à dignidade humana não está condicionado a nenhuma circunstância”. De tal modo, a informação é um fluxo permanente que dissolve e cria novas realidades, que são fundadas no mundo da vida da humanidade com um direito uno e de primazia.

Percorrendo o campo empírico e pragmático da Biblioteconomia, o artigo percorre os caminhos da mediação e procura entender, por meio do caráter interpretativo, as ações dirimidas pelas ciências empírico-analíticas a partir da técnica³, para rescindir esse caráter funcional, a fim de que as ações dos atores envolvidos nesse processo sejam “libertas”, porquanto a dignidade humana tem um caráter primordial, principalmente nos construtos que envolvem uma consciência coletiva.

Milanesi (2002) afirma que, se, antes, era preciso conhecer as técnicas de catalogação,

o desafio moderno dos bibliotecários seria o de dominar as tecnologias e as normas que transcenderam seu contexto funcional. Para Arendt (2007, p. 163), “a canalização de forças naturais para o mundo humano destruiu a própria finalidade do mundo, ou seja, o fato de que os objetos são os fins para os quais os instrumentos e as ferramentas são projetados.”

Embora em um contexto de entorpecimento por parte da técnica, a Biblioteconomia tem um passaporte humanístico, legitimado pelo código de ética da profissão. Na margem, mostra-se muito mais seu cunho científico, o que demonstra ser, atualmente, propensa a vieses de ações instrumentais nas tecnologias de informação. Habermas (1993), ao refletir sobre o cenário moderno dos problemas que afligem a sociedade, apresenta a preponderância da inutilidade das teorias socioculturais que carecem de um entendimento⁴, principalmente com as tecnologias de controle.

As relações da modernidade tornaram-se individuais devido à ascensão dos parâmetros técnicos e tecnológicos, e a sucessão da técnica tem elevado a supremacia de ações de confinamento pelo regime de poder. A ação instrumental tornou-se parte de um grande regime de normas, em que os atores continuam sendo coagidos a não pensar, até mesmo a não manifestar suas ações e as legitimarem. Essa forma de agir na modernidade categoriza o diálogo como um modelo “criptográfico” de monitoração da vida humana, um regime de poder. Nesse contexto, “a noção de mediação parece designar, nesse caso, as operações – assim como os seus efeitos – de tecnicização do processo de comunicação (mediação técnica)” (DAVALLON, 2003, p. 9).

Há que se ressaltar que, embora a mediação em bibliotecas não precise fazer parte de um marco regulatório de operações de processos específicos de representação da informação para os profissionais bibliotecários, ela carece de uma ação coletiva que vise ao diálogo cooperativo entre os atores e abranja as pretensões de validade das práticas normativas e não informacionais que emergem como um poder comunicativo, isto é, as pretensões de ação que devem visar à liberdade do modo de pensar amplo de cada um dos atores

2 No diálogo habermasiano, considera-se que a ideologia da técnica entorpece o conhecimento objetivo entre os atores, porque evita a emancipação das relações de comunicação entre eles e isola-os de um diálogo cooperativo.

3 “[...] manifestar-se através de um prejuízo que priva os ‘oprimidos’ e ‘submetidos’ daquilo que os capacita a exercer sua autonomia privada e pública” (HABERMAS, 1997a, p. 160).

4 “[...] atribui às forças ilocucionárias da linguagem orientada ao entendimento a função importante da coordenação da ação” (HABERMAS, 1997a, p. 25).

que estão inseridos no contexto da biblioteca. As ações emancipatórias nas bibliotecas precisam acontecer no diálogo comunicativo em que os “atores tomam uma diferente perspectiva quando, em vez de seguintes comandos morais, fazem uso de seus direitos” (HABERMAS, 2010, 471-472, tradução nossa).

Por meio da ação crítica de Habermas, considera-se que as relações humanas são bases de ações coletivas, agenciadas por meio das “ações comunicativas que se difundem em espaços sociais e épocas históricas; não somente se alimentam das fontes das tradições culturais e das ordens legítimas, como também dependem das identidades de indivíduos socializados” (HABERMAS, 1997a, p. 111).

Concebe-se, então, que, como está inserido no ambiente social, o bibliotecário precisa estar atento às ações de reciprocidade, contemplar as ações de diálogo, reprimir o antagonismo dos sistemas das normas e utilizar o diálogo da construção de acordos e de consenso sobre interações, com mecanismos democráticos em que se manifeste a intersubjetividade dos sujeitos. Por conseguinte, a mediação em bibliotecas e no fazer do bibliotecário “não é uma fonte de normas do agir. Ela possui um conteúdo normativo, porém somente na medida em que o que age comunicativamente é obrigado a apoiar-se em pressupostos pragmáticos de tipo contrafactual” (HABERMAS, 1997a, p. 20).

No âmbito das bibliotecas, essa ação deve ser realizada, segundo Barros (2008), com transparência, o que a torna imprescindível à acessibilidade da informação por meio de ações coletivas emancipatórias, que justapõem os atores em uma comunicação transparente, o que reflete exatamente o direito de serem informados, o que se configura como ‘dignidade humana’. De igual modo, os usuários e os bibliotecários emanam suas ações provendo a dignidade com uma ação mediada entre os atores, que quebra a relação do sistema das normas e amplia sua liberdade de se comunicar.

Tal poder comunicativo só pode formar-se em esferas públicas, surgindo de estruturas da intersubjetividade intacta de uma comunicação não deformada. Ele surge em lugares onde há uma formação da opinião e da vontade, a qual, junto com a liberdade comunicativa que permite a cada um “fazer uso público de

sua razão em todos os sentidos, faz valer a produtividade de um “modo de pensar mais amplo”. Esse tem por característica” que cada um atém o seu juízo ao juízo de outros possíveis, e se coloca no lugar de cada um dos outros (HABERMAS, 1997a, p. 187).

Na Biblioteconomia, a ação comunicativa visa remodelar as ações instrumentais (técnicas), criando um pensamento emancipatório entre os vários atores envolvidos em um processo dialógico, a fim de que cooperem para que haja uma mediação com feitos democráticos, com o objetivo de ressignificar todo o emaranhado obstruído pela ideologia da técnica. Assim, “[...] “deve-ser” inerente a recomendações pragmáticas, relativizado pelos fins e valores, e dirige-se ao arbítrio [...] de atores que tomam decisões inteligentes, em situações de interesses e de orientações axiológicas” (HABERMAS, 1997a, p. 202).

Com base no argumento de Habermas (1997a), o fazer biblioteconômico, na prática intersubjetiva profissional, deve acontecer como uma ação coletiva, visando ao diálogo cooperativo entre os atores. Nas bibliotecas, a mediação deve proceder não como uma ação passiva da verdade ou do saber, fixada no agir instrumental (técnica), mas como um fenômeno para alcançar a autonomia vital, a autodeterminação entre o bibliotecário e o usuário.

A biblioteca é um ambiente de ações coletivas emancipatórias que agenciam o diálogo interpretativo entre os atores (bibliotecário-usuário), a fim de que excedam a vivência empírica da instrumentalização da técnica. Para Deleuze (1992), esse diálogo deve ser revolucionário e criador de novas ações, sem que se possa cessar sua natureza, sem que seus afazeres estejam confinados ao regime instrumental das práticas biblioteconômicas.

O cunho humanístico do agente bibliotecário tem muito a ser considerado em relação às suas ações como agenciador cultural em seu ambiente de trabalho. O bibliotecário é parte de um tecido coletivo na atmosfera da biblioteca, no entanto, sua ação de interferência converge para a ação da técnica. Entendemos que a razão da técnica, ação exercida por esse profissional, não envolve a essência crítica que se deve ter. Portanto, a mediação deve cultivar

o pensamento crítico do bibliotecário, e a validação de suas ações precisa ser refletida em seu ambiente com base na razão comunicativa,⁵ visando ao bem-estar dos usuários.

Assim, as normas devem ser exercidas pelos bibliotecários de modo reflexivo, a fim de comungar com um diálogo que excede as aporias da razão prática. Segundo Silva (2013, p. 121), a razão prática “é o fio condutor desses dois extremos e coloca ainda mais a organização documental” das bibliotecas nos meios técnicos e empiristas. Na visão de Habermas,

a razão comunicativa, ao contrário da figura clássica da razão prática, não é uma fonte de normas do agir. Ela possui um conteúdo normativo, porém somente na medida em que o que age comunicativamente é obrigado a apoiar-se em pressupostos pragmáticos de tipo contrafactual. Ou seja, ele é obrigado a empreender idealizações, por exemplo, a atribuir significado idêntico a enunciados, a levantar uma pretensão de validade em relação aos proferimentos e a considerar os destinatários imputáveis, isto é, autônomos e verazes consigo mesmos e com os outros (1997a, loc. cit).

Habermas (1990, 1999, 2000) fala sobre a questão da emancipação no sentido de legitimar o estado democrático por meio do agir comunicativo, porquanto observa que o viés da norma só se torna um precursor positivo porque a racionalidade instrumental adentrou o dispositivo moderno com um processo de organização de meio e de fins. Nessa questão, a dignidade humana excede a razão instrumental (técnica), pois concede aos atores a emancipação, e o direito legítimo de participar alcança cooperativamente um diálogo. Embora a ideologia da técnica tenha dominado a modernidade para atingir meios objetivos, esqueceu-se da dignidade do ser humano, em que se presenciam a emancipação e a autonomia dos indivíduos de modo igualitário.

A dignidade humana é parte do código de ética da profissão do bibliotecário.

Segundo consta na Resolução do CFB nº 006/66, o bibliotecário, como profissional social e humanista, deve seguir este juramento: “Prometo tudo fazer para preservar o cunho liberal e humanista da profissão de bibliotecário, fundamentado na liberdade de investigação científica e na dignidade da pessoa humana”. Além disso, deve promover ações coletivas que deixem livre o acesso às informações de modo democrático⁶.

É importante ressaltar que “a Biblioteconomia e os estudos de informação, em geral, sempre tiveram uma auto-compreensão paradoxal ou ideologia. Por um lado, viram-se como promotores de, por exemplo, democracia, livre e acesso do público à informação, coragem civil e alfabetização” (ANDERSEN, 2005, p. 13, tradução nossa). Isso significa que os bibliotecários se veem como profissionais que democratizam a informação, e o que se analisa conforme o contexto é a ação pragmática embutida no agir funcional instrumental (técnica).

Nessa perspectiva, é imprescindível que esses profissionais

[...] reconstruam os estilhaços deixados pelo *agir funcional instrumental* (positivista, prática do *saber-fazer*, histórico-hermenêutica e empirista). Desse modo, para que isso aconteça realmente, esse profissional deve incorporar esse perfil de pesquisador, de construtor de saberes, e não apenas ficar “acorrentado” a uma hierarquia administrativa (SILVA, 2013, p. 125).

Isso significa que, para serem precursores do direito de acesso livre à informação na esfera pública e atuem comunicativamente, os bibliotecários precisam participar de ações coletivas e ser críticos ativos de si mesmos.

Agindo como críticos da informação, os bibliotecários poderiam cooperar para a desmistificação dos sistemas de organização do conhecimento na esfera pública, discutindo e justificando por que os sistemas de organização do conhecimento, e sua funcionalidade são importantes para o

⁵ A razão comunicativa possibilita, pois, uma orientação com pretensões de validade. No entanto, ela mesma não dá nenhum tipo de indicação concreta para o desempenho de tarefas práticas, pois não é informativa nem imediatamente prática. De um lado, abrange todo o espectro de pretensões de validade da verdade proposicional, da veracidade subjetiva e da correção normativa e vai além do âmbito exclusivamente moral e prático (HABERMAS, 1997a, p. 21).

⁶ “A missão principal dos bibliotecários e de outros profissionais da informação é de assegurar o acesso à informação para todos, no sentido de seu desenvolvimento pessoal e educacional, enriquecimento cultural, lazer, atividade econômica, participação informada e reforço da democracia” (IFLA, 2012, p. 2).

público. Ou seja, a biblioteconomia precisa argumentar que esses sistemas fazem uma diferença dentro da sociedade, e também mostrar como eles afetam nossas atividades profissionais e diárias. Bibliotecários podem e deveriam fazer isso ativamente, atuando como críticos das estruturas de comunicação textualmente mediadas da sociedade (ANDERSEN, 2005, p. 19, tradução nossa).

Sobre a ação crítica da Biblioteconomia e dos bibliotecários, é preciso olhar o que há por trás das formas de conhecimento organizado e mediado na sociedade, como, por exemplo, “a superfície do discurso” (ANDERSEN, 2005). Então, é necessário se ater ao juramento do bibliotecário, fundado na emancipação social da dignidade humana em prol do outro (alteridade), buscando a reciprocidade. Por conseguinte, somos os mentores de ações que devem se estender para além do sistema das normas e repensar os construtos comunicativos que ficam sob a dependência da relação das regras. Acredita-se que, por meio da ação comunicativa, os bibliotecários e os usuários podem se emancipar, discutindo e justificando, pois “o ato de compreender não se planifica na empatia no outro, mas na **reconstrução de uma objetivação intelectual**” (HABERMAS, 1987, p. 161, grifo nosso).

É imprescindível deliberar a independência da ideologia da técnica para ações que convirjam para as mudanças estruturais da razão técnica na Biblioteconomia para as razões comunicativas, que visam à orientação dialógica essencialmente na sociabilidade dos atores, para que a mediação, com sua essência fenomênica, proceda aos “devires”, isto é, “uma série de mudanças de modos de Ser. Nesse sentido, opõe-se ao Ser imutável” (LALANDE 1999, p. 253).

A ação crítica dos bibliotecários, no âmbito profissional, é contextualizada na competência comunicativa, na recriação de novos contextos sociais e amplos, para um conhecimento democrático de diálogo e mutualidade com seus usuários, na perspectiva de estarem cada vez mais perto do social.

3 A BIBLIOTECOMIA E A AÇÃO PROGRESSISTA

Ser bibliotecário, hoje, significa ser mais do que um organizador e conservador

de acervos, mais que um pesquisador, mais que um educador; significa ser um defensor de valores ameaçados, de um conhecimento e espaço público de partilha, que deve motivar a profissão. Naomi Klein (2003)

Ao buscar os retalhos e os indícios do universo empírico e pragmático da Biblioteconomia, que é balizada na vivência empírica da instrumentalização da técnica, precisa-se compreender sua ação progressista e social, que Civallero (2013) entende como fios de pensamentos críticos e emancipatórios, que visam à cooperatividade no meio social e contemplam a teoria e a prática.

A *Progressive Librarianship*⁷ (Biblioteconomia Progressista) é uma ação voltada para o caráter crítico, social e alternativo dos profissionais da informação, formada por um espaço de novas reflexões e investigações para os bibliotecários. Isto é, uma “atitude crítica”, que participa da implementação na prática do chamado pensamento crítico nas bibliotecas: análise, questionamentos, pesquisa e avaliação contínua de reivindicações que são aceitas como “verdade” (CIVARELLO, 2013).

Esse tipo de pensamento é essencial para então esses profissionais serem capazes de construir sua opinião e seu raciocínio por si mesmos, de forma autônoma (e que ensinar os usuários a fazê-lo); para que hesita, explorar e perguntar; ir além superfície, aparições e discursos oficiais, as notícias da mídia de massa e declarações irrelevantes, ordens e imposições (CIVARELLO, 2013, p. 158).

O agir comunicativo⁸, em Habermas (1983, 1999), situa-se na percepção e no diálogo

7 A Biblioteconomia (crítica ou progressiva) surgiu na década de 30, no século passado, nos Estados Unidos, e rapidamente se espalhou por países como Canadá, Alemanha, Grã-Bretanha, Áustria, Reino Unido etc. Essa corrente filosófica e disciplinar baseia-se na ideia de que informação, conhecimento e acesso à cultura são direitos fundamentais da dignidade humana. Portanto, é constituída e reconhecida na Declaração Universal dos Direitos Humanos e no manifesto em defesa da biblioteca pública da UNESCO. Visa ressignificar o aspecto técnico e a influência das tecnologias em suas disciplinas. A Biblioteconomia progressista concentra sua atenção no aspecto social e na necessidade do compromisso social dos profissionais e trabalhadores da informação e no âmbito das bibliotecas (FOIS; PERELLÓ, 2008, p. 8-9, tradução nossa). Ver mais em: <<http://www.progressivelibrariansguild.org/>>.

8 O agir comunicativo aponta para uma argumentação, em que os participantes justificam suas pretensões de validade perante um auditório ideal sem fronteiras. Os participantes de uma argumentação partem da suposição idealizadora de que, no espaço social e no tempo

que, nesse sentido, reflete o pensamento crítico no processo de compreensão autorreflexiva dos diferentes atores envolvidos no ambiente (biblioteca). Os bibliotecários e os usuários constroem seus discursos de forma autônoma. Habermas (1997b, p. 51) assevera que “o meio do entendimento discursivo é o único mecanismo de auto-organização que se encontra à disposição dessa comunidade”. Nosso interesse não é de aprofundar o conceito de auto-organização, mas de mostrar que ela é uma ação que impulsiona a própria operalização dentro de um sistema, com a finalidade de reestruturar a base organizacional (biblioteca), por meio do diálogo crítico entre os variados agentes inseridos no ambiente. Considera-se que essa mutualidade dialógica é apreendida no ambiente por invariantes que são chamadas de *affordances*, que Gonzalez (2011, p. 22) define como “a habilidade humana e dos seres vivos de conceber, sentir e perceber a dinâmica das relações informacionais, [...] as quais possibilitam a ação dos organismos no meio ambiente”.

Pode-se afirmar que a biblioteca é um ambiente auto-organizado e um organismo discursivo através do diálogo, isto é, das *invariantes e affordances*, em que os atores (bibliotecário e usuário) se situam e sentem a dinâmica informacional.

Aqui as implicações normativas são evidentes: a força social e integradora da solidariedade, que não pode ser extraída apenas de fontes do agir comunicativo, deve desenvolver-se através de um amplo leque de esferas públicas autônomas e de processos de formação democrática da opinião e da vontade, institucionalizados através de uma constituição, e atingir os outros mecanismos da integração social- o dinheiro e o poder administrativo - através do *médium* do direito (HABERMAS, 1997b, p. 22).

A ação comunicativa no ambiente da biblioteca sobrevém por meio de uma ação progressista, que ressignifica a ideologia da técnica implantada no cenário democrático, como, por exemplo, os exames burocráticos. Oliveira e Castro (2017, p. 37) referem que

histórico, existe uma comunidade comunicacional sem fronteiras e têm que pressupor [...] a possibilidade de uma comunidade ideal 'dentro' de sua situação social real (HABERMAS, 1997b, p. 51).

a burocracia “deixa de conter o princípio benévolo e tende a possuir caráter opressor e constrangedor por meio de empecilhos e dificuldades, que são colocados para pessoas que procuram ter acesso a determinados fatores de informação e conhecimento”.

Civallero (2013) ressalta, em seus estudos críticos, que a função do bibliotecário, no âmbito social, é de divulgar a informação e de incentivar o pensamento crítico, sobretudo dentro da biblioteca, mas também entre seus usuários. Ele deve, ainda, questionar a realidade, refletir e agir dentro coletivamente, ampliar uma série de opções e de oportunidades para os profissionais com consciência social e crítica, para que entrem em consenso sobre as próprias convicções e os limites do seu trabalho (emancipação).

A ação progressista propõe um meio de interseção crítica na Biblioteconomia e nas ações dos bibliotecários. Civarello (2013, p. 157, tradução nossa) entende que “a Biblioteconomia progressista pode definir-se como uma corrente de pensamento e ação que reivindica uma biblioteconomia crítica e comprometida socialmente, tanto na teoria como na prática”. Através da ação progressista, propôs-se um questionamento crítico nas bases empírico-analíticas do processamento de representação da informação que molda a Biblioteconomia pelas energias da ação técnica do *saber-fazer*.

Na biblioteca, por exemplo,

a função final dos processos técnicos [...] somente é válida se atender às necessidades humanas, se for compreendida no contexto das relações estabelecidas entre os fenômenos humanos e sociais. Tal concepção baseia-se na interpretação, em todos os processos, eventos que escape do visível e até mesmo as chamadas tecnologias podem explicar. Do ponto de vista da atividade de bibliotecário, a biblioteconomia é considerada uma ciência humana, social ou cultural, orientada para a compreensão dos fenômenos da realidade social (MOYA, 2011, p. 4, tradução nossa).

A Biblioteconomia é considerada uma ciência humana, que se norteia por práticas sociais, na perspectiva de contribuir para que o conhecimento seja mais acessível para os indivíduos, com ações que atendam às suas necessidades de informação. A ação motivadora

da Biblioteconomia requer um diálogo cooperativo entre os atores, que envolva as pretensões de validade das práticas normativas e não informacionais que emergem em forma de poder comunicativo, o qual, sob o ponto de vista de Moya (2011), emerge das práticas estruturantes que organizam a amplitude social na biblioteca e dão a base para o processamento e a formação de uma consciência coletiva nesse campo do conhecimento. Em essência, faz com que a Biblioteconomia reconstrua suas ações além da ideologia técnica. “É possível concebê-la não apenas exclusivamente de forma empírica e técnica, mas também como um aspecto da construção abstrata, o que significaria mostrar sua constante mutualidade”⁹.

Desde a sua criação, o pensamento de biblioteca foi influenciado pelas correntes de pensamento filosófico, tais como o positivismo, manifestado na criação de sistemas de classificação e a abordagem das leis e teorias; idealismo, relacionado com a fé a força da ideia e o papel transformador do livro; pragmatismo, expressado na preparação, desenvolvimento e unificação das regras e procedimentos para tornar os processos mais eficientes de finalmente, o marxismo, que concebe a biblioteca como um sector da frente ideológica, biblioteca e cultural e educacional (MOYA, 2011, p. 5, tradução nossa).

O pensamento emancipatório constitui-se com a ideia de uma ação crítica e coletiva, quando, de forma avaliativa, os atores de determinada atmosfera social (biblioteca) julgam a validade das normas e clareiam seus discursos em prol da compreensão. Em seu modo contemplativo, pode-se descrever um exemplo de ação progressista (social), respaldada em Habermas (1997b) no aspecto emancipatório. Na biblioteca, por exemplo, os bibliotecários e os usuários não validam seus diálogos com a legitimidade emancipatória, porque, não conscientes de suas responsabilidades, justificam suas questões no saber empírico e deixam seus usuários cativos de um sistema coercitivo.

Na desconstrução do paradigma empirista, a ação emancipatória é estabelecida quando os atores estão em participação com suas validades de ação discursiva. Isso significa que a participação emancipatória garante legitimidade na validação das normas de modo cooperativo e democrático. Habermas (1983, p. 59) afirma que há relação de convalidação e legitimação na ação discursiva

quando, finalmente, o jovem aprende a questionar a validade de normas de ação e de papéis sociais, o setor de seu universo simbólico volta a se ampliar; emergem agora princípios segundo os quais podem ser julgadas as normas em conflito recíproco. Esse modo de tratar as pretensões de validade hipotética exige uma suspensão temporária das ações coercitivas; ou - como também se pode dizer - exigem a elevação a discursos nos quais as questões práticas podem ser esclarecidas de modo argumentativo.

A pretensão discursiva só pode ser tensionada a partir do arbítrio. Essa é uma ação voltada para a intersubjetividade, por meio da qual o bibliotecário e os usuários usam a razão em todos os sentidos, ou seja, pensam mais amplamente. Essa ação ampla acontece na intersubjetividade dos atores envolvidos no ambiente, por meio de um diálogo cooperativo. A ação intersubjetiva (diálogo) possibilita os bibliotecários e os usuários entenderem não coagidamente, ou seja, garante-lhes a liberdade de agir “[...] em seu relacionamento recíproco, bem como [...] a manifestação de condições simétricas do reconhecimento recíproco livre” (HABERMAS, 1990a, p. 182).

Nos estudos críticos sobre as bibliotecas e o perfil do bibliotecário, Civallero (2013) enuncia que esses profissionais devem conceder o pensar crítico em seu ambiente de trabalho, incentivando seus usuários a reconhecerem as práticas culturais e a compreenderem o universo empírico e pragmático que circunda essa atmosfera. Trata-se de ressignificar o *agir funcional instrumental* (ideologia da técnica) na Biblioteconomia, seu campo de atuação (biblioteca) e o perfil dos bibliotecários para as ações coletivas emancipatórias. Como esse é um fenômeno de mediação que se instaura a partir de uma democracia deliberativa, os atores envolvidos

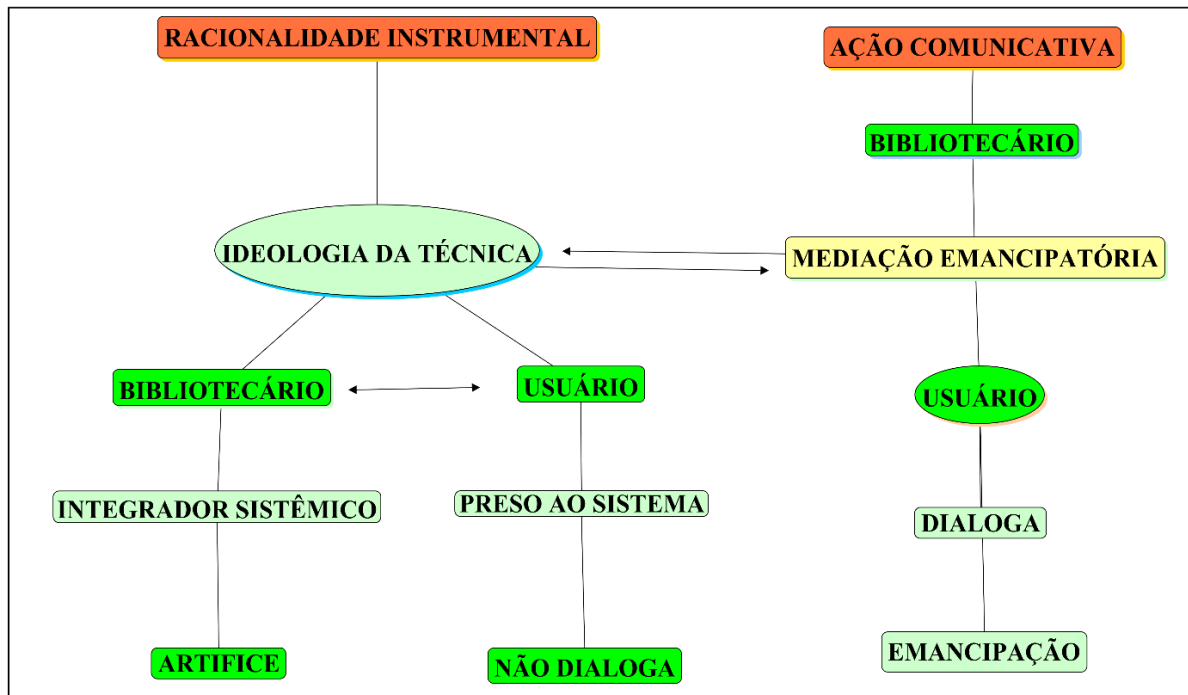
9 CUADRADO, Amparo García. La investigación en historia de las instituciones documentales: estado de la investigación y propuesta metodológica. *Anales de Documentación*, v. 1, ene. 1998. Disponível em: <<http://revistas.um.es/analesdoc/article/view/3091/3061>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

nessa atmosfera procedem desenhando seu papel social, considerando a inclusão, o pluralismo, a igualdade participativa e a autonomia.

Nessa relação, é necessária uma compressão hermenêutica para analisar a forma como acontece o fenômeno da mediação e seu fio conceitual a partir do agir comunicativo na Biblioteconomia. Na **Figura 1**, analisamos como acontece a correlação da racionalidade instrumental (técnica) e a ação comunicativa

como um ato emancipatório entre o bibliotecário e os usuários, e apresentamos uma síntese da ideologia da técnica no fazer do bibliotecário, a qual constitui o integrador sistêmico de normativas institucionais na biblioteca. Assim, a Biblioteconomia é influenciada por correntes que se projetaram por meio da “dominação” em suas estruturas e alicerces. Na estrutura sistêmica da biblioteca, há um interesse em atender às demandas imediatas das instituições.

Figura 1: Relações de racionalidade entre a técnica e a mediação emancipatória



Fonte: Dados da pesquisa - 2018

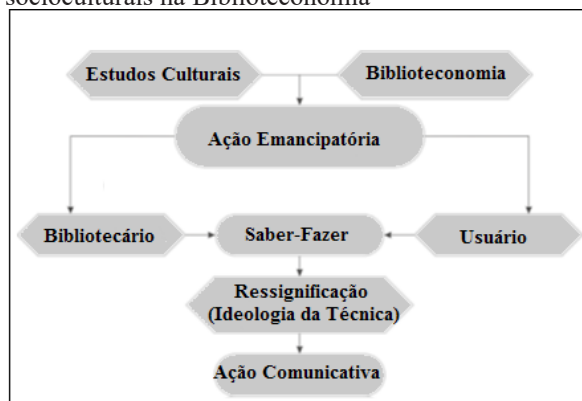
O diálogo entre o bibliotecário e o usuário é entorpecido pela estruturação do sistema, cujo confinamento depende de uma estrutura coercitiva, sobretudo, dos processos instrumentais de classificação e catalogação, que deixa o bibliotecário e o usuário em uma dependência do tipo cartesiana. Nessa lógica, a ação comunicativa provoca o diálogo mútuo com os atores, porquanto o conjunto instrumental de um ato mediado dificulta a emancipação mediada. Isso acontece porque o recurso pragmático enfraquece a comunicação dos sujeitos dentro de uma estrutura coercitiva, isto é, do armazenamento

da informação, que é alimentado pelo sistema de controle em que o bibliotecário e o usuário continuam com essa dependência.

Assim, através da ação comunicativa, cria-se o viés crítico conduzido pelos atores, que predomina no ato histórico-hermenêutico e influi diretamente na relação discursiva dos sujeitos que orientam suas pretensões de validade assentadas no conhecimento intersubjetivo. O ato comunicativo, a compreensão comunicacional e a troca de informação ocorrem de forma emancipatória, aprovendo um “agenciamento coletivo”.

A **Figura 2** é um esboço conceitual de práticas de ressignificação do agir em um regime instrumental (técnico). Sob a luz da ação comunicativa, desenha um reposicionamento de etapas construtivas que o bibliotecário e o usuário devem estabelecer comunicativamente.

Figura 2: Práticas de ressignificação dos valores socioculturais na Biblioteconomia



Fonte: Readaptado de Moya (2011)

Nesse esboço, consideram-se os estudos de Moya (2011), que contemplam as práticas sociais como uma ação emancipatória e transcendem as técnicas tradicionais bibliotecárias. Para a autora, a Biblioteconomia é social em todos os âmbitos. Seria preciso considerar os **estudos culturais** para promover a prática social do bibliotecário, para que, no contexto da biblioteca, essas ações sejam remodeladas na “investigação, na produção e na difusão de significados e práticas culturais relacionadas à sociedade e ao seu contexto político e social” (MOYA, 2011, p. 10). Assim, o autor considera que as bibliotecas são espaços interculturais, independentemente de suas especificidades instrumentais e técnicas. Nesse sentido, a **ação emancipatória** é a que se volta para a consciência coletiva e se dirige a uma forma de contemplar a diversidade social.

Em conformidade com o pensamento de Habermas (2009, p. 144), esse interesse deve sempre visar “à consumação da reflexão enquanto tal”, seguido do diálogo livre entre **os bibliotecários** e **os usuários**. Arendt (2007, p. 41) entende que esse diálogo “não estava sujeito às necessidades da vida nem ao comando de outro [...]”. Não significava domínio, como também não significava submissão”. Constitui-se como valoração moral e discursiva dos atores envolvidos no

contexto informacional. Isso, segundo Habermas (1983), quer dizer que, entre os bibliotecários e os usuários, a significação do diálogo não se dirige apenas à lealdade, à gratidão e à justiça, mas também à reciprocidade, ou melhor, numa questão de “tu te inclinas a mim e eu me inclino a ti”.

O processo operatório **saber-fazer**, que é uma racionalização do agir instrumental na Biblioteconomia, concebe as “regras metodológicas como normas das práxis de pesquisa” (HABERMAS, 2009, p. 145). É a racionalização de cada um dos procedimentos instrumentais (técnicos) empregados na Biblioteconomia e nas práticas excedentes nas bibliotecas, nas unidades de informação e de documentação. Portanto visa-se à reflexão crítica dos processos operatórios (pragmáticos) que teorizam esses componentes no espaço onde os profissionais atuam.

Há que se ressaltar que, como uma ciência técnica (empirismo), a Biblioteconomia aplica “infalivelmente os seus métodos sem refletir acerca do interesse que guia o conhecimento” (HABERMAS, 2009, p. 144). Para nós, é necessário, sempre, alicerçar a reflexão sobre ações e práticas das técnicas. Nesse sentido, é notória uma **ressignificação** que engendre uma ruptura a-significante¹⁰ nesse campo, desconstrua as aporias das técnicas e promova o diálogo cooperativo. Isso fará com que seu campo social se torne mais participativo, e os profissionais da informação (bibliotecários) se sintam dispostos a torná-la válida para desenvolver outras significações sobre o próprio campo do conhecimento.

4 “PARA UMA BIBLIOTECONOMIA MAIS CRÍTICA”: sobre a ação analítica dos paradigmas da ciência da informação

A Biblioteconomia deve constituir-se sobre as práticas sociais com a finalidade de satisfazer as necessidades culturais, tanto materiais como intelectual, em forma complexa e heterogênea das recíprocas influências por meio das interações com a sociedade. Esse encontro deve estar nas práticas de interpretação em interação com o agente usuário – informação – agente bibliotecário (MOYA, 2011).

¹⁰ Ver: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil Platôs. Capitalismo e esquizofrenia. Vol. I, Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

A Biblioteconomia, com o viés da CI, é marcada pelo enigma das ciências empírico-analíticas¹¹ e pode ser ressignificada pela ação denominada de progressista (social), consolidada no olhar crítico da teoria de Habermas.

A corrente paradigmática da Biblioteconomia transcorre da revolução técnica e científica. Segundo Saracevic (1996), a chamada “explosão informacional” ganhou proporção universal, devido ao seu poder de dominação e de controle econômico, tecnológico e informacional. Essa evolução foi profundamente marcada nas relações humanas em diferentes áreas, como a América Latina, a América do Norte, a Europa, a Ásia, a África, leste e, finalmente, a expansão da informação científica com uma roupagem tecnológica e social.

No *corpus científico*, o paradigma informacional tomou conta da Biblioteconomia e da Ciência da Informação em prol de buscar seu *status científico*. Essas ciências foram tomadas por um campo epistemológico, postuladas por Capurro (2003) como paradigmas (físico, cognitivo e social)¹², que versam sobre os aspectos semânticos, objetivando representar a informação e são uma influência das ciências empírico-analíticas, um saber (empiricista) “[...] envolvido com leis e teorias bibliométricas para explicar o comportamento e a estrutura da literatura, realizando estudos para entender a dinâmica dos processos de comunicação e o comportamento de usuário [...]” (BRAGA, 1995, p. 4).

Essas influências nas práticas e nas onisciências da Biblioteconomia são balizadas em sistemas de normas e regras, a qual, em seu universo pragmático, apresenta leis que a

organizam e regulamentam. Habermas (2009, p. 145) refere que “o pragmatismo sempre concebeu regras metodológicas como normas das práxis de pesquisa”. Nessa vereda, as leis e os códigos classificatórios postulados por Dewey e Ranganathan deixaram a Biblioteconomia em *status*, condicionada à dominação puramente técnica sem um trato com a compreensão (GOUVEIA JÚNIOR; SALCEDO, 2015).

Nos estudos de Moya (2011), há novos debates teóricos sobre o reconhecimento e os aspectos de ordem social e das integrações intersubjetivas que embarcam o processo de diálogo cooperativo e comunicativo na Biblioteconomia.

Na visão de Civalero (2013, p. 159, tradução nossa),

a Biblioteconomia “convencional” defende sua posição, reduzindo suas ações para um pequeno punhado de processos e técnicas; dessa forma, eles poderiam argumentar que qualquer coisa que caiu fora das fronteiras dessa definição padronizada “não é objeto de estudo dos bibliotecários”. A Biblioteconomia Progressista, no entanto, é entendida como algo muito mais extenso e complexo do que uma série de mecanismos administrativos e de um conjunto de instrumentos e canais distribuição de informações; dado que a biblioteca é um organismo vivo (auto-organizado), firmemente enraizado na sociedade e em contínua interação com ela, seu estudo (e ensino e aprendizagem derivado dele) deve incluir todos e cada uma das facetas que podem lidar com o trabalho do bibliotecário.

A Biblioteconomia é considerada como técnica ou como ciência, que estabelece uma postura cognitivista “reducionista marcada pela formação das disciplinas informativas e orientada para os usuários como um sistema simbólico e (valorativo)” (MOYA, 2011, p. 7, tradução nossa).

Civalero (2012, p. 6, tradução nossa) destaca que, com a teoria crítica nesse contexto, a Biblioteconomia vem “desmitificar a falácia da neutralidade, da objetividade e da imparcialidade [...] para “(des) construir as nocivas hierarquias biblioteconômicas atuais, proporcionando o diálogo diversificado e a participação autêntica de toda a coletividade biblioteconômica”.

Ressaltamos que nosso interesse não é de julgar esses saberes, mas de torná-los uma ação

11 “É um saber tecnicamente utilizável, que atravessa o conhecimento das regularidades empíricas; constitui a base de explicações causais que, em forma de prognósticos condicionados, possibilitam um controle técnico sobre processos objetivados” (HABERMAS, 1990b, p. 93, tradução nossa).

12 “[...] três paradigmas, que servem de sustentáculo para diferentes análises do fenômeno da informação. Tais paradigmas seriam o Físico, o Cognitivo e o Sociocognitivo; cada um deles substituindo o anterior. No que concerne ao Paradigma Físico, estritamente relacionado com a teoria da informação de Shannon e Weaver, um objeto físico, uma mensagem ou um signo é transmitido entre um emissor e um receptor; e é essa mensagem, e não uma informação, que reduz a incerteza. O referido paradigma, desse modo, exclui o protagonismo do sujeito cognoscente, identificado como usuário, no processo informativo e comunicativo [...]. As limitações desse paradigma conduziram ao Paradigma Cognitivo, que se apoia na ontologia popperiana e sua distinção de três mundos: o físico, o da consciência e o do conteúdo intelectual das teorias científicas. Esse paradigma, [...] é aplicado ao modelo de Brookes como agente formador de uma rede existente nos espaços cognitivos, chamada informação objetiva – percebida como uma perspectiva cognitiva a partir do momento em que se busca verificar de que forma os processos informativos são capazes, ou não, de transformar o usuário” (GOUVEIA JÚNIOR; SALCEDO, 2015, p. 8-9).

coletiva emancipatória, para fazer com que o profissional bibliotecário não seja validado somente pelo saber-fazer (técnico), mas que proporcione a conformidade de legitimação (emancipação), uma solidariedade que foi postergada pelos bibliotecários. Assim, procuramos nos indícios um saber mais crítico e compreensivo para ressignificar e sustentar o laço homogêneo da normatividade.

Para se ter uma Biblioteconomia crítica, é vital a ação progressista, a fim de analisar e de ressignificar os paradigmas estilizados em seu contexto e de formar um pensamento de modo horizontal. De acordo com Civallero (2013, p. 160, tradução nossa), o “pensamento crítico é o princípio e o fim de todas as ações para uma biblioteconomia social”. De igual modo, a participação coletiva no círculo hermenêutico permite que os atores ajam comunicativamente, valorizando o processo da intersubjetividade. Assim, os atos de entendimento recíproco “assumem o papel de coordenação da ação. O tecido das ações comunicativas nutre-se dos recursos do mundo da vida e, ao mesmo tempo, constitui o medium pelo qual as formas concretas de vida se reproduzem” (HABERMAS, 2000, p. 443).

Uma questão que pode ser intensificada, no âmbito da Biblioteconomia, são os estudos interdisciplinares sobre o modo de racionalização crítica e a ação comunicativa dentro de sua historicidade, com o fenômeno da mediação.

Nessa práxis social, deveria ser mediada com o seu outro a razão historicamente situada, encarnada, confrontada com a natureza. Se agora o agir comunicacional vai assumir as mesmas funções mediadoras, a teoria desse agir atrai sobre si a suspeita de representar apenas *outra variante* de Filosofia da Praxis. Na realidade, ambas têm de cumprir uma tarefa: entender a razão prática como uma razão concretizada em história, sociedade, corpo e língua (HABERMAS, 2000, p. 293).

Analicamente os paradigmas que estão em torno da Biblioteconomia e do contexto da CI precisam passar pelo crivo das razões comunicativas. Intersubjetivamente essas relações emergem de um olhar reflexivo, que adentra o campo instrumental e pragmático desses campos de conhecimento no processo de intersubjetividade comunicacional.

O acordo comunicacional proposto, que se mede pelo reconhecimento intersub-

jetivo de exigências de validade, permite a formação de uma rede de interações sociais e contextos do mundo de vida. É claro que essas exigências de validade têm um rosto duplo: enquanto exigências transcendem todo o contexto local; ao mesmo tempo têm de ser feitas aqui e agora e têm de ser reconhecidas de fato se tiverem de suportar o acordo de participantes na interação, necessário para que haja verdadeiramente cooperação (HABERMAS, 2000a, p. 297).

As ações culturais, por exemplo, são comunicativas. Para Moya (2011), elas têm um caráter interdisciplinar, pois “se centram em analisar uma forma específica do processo social, correspondente à atribuição de sentido à realidade, e o desenvolvimento de uma cultura de práticas sociais compartilhadas [...]” (MOYA, 2011, p. 9, tradução nossa).

Uma vez estimulados esses aspectos, nas bibliotecas e no campo da Biblioteconomia:

Os participantes já não vão buscar nesse mundo da vida somente os padrões consensuais de interpretação (o saber de base do qual se alimentam os conteúdos proposicionais), mas também os padrões de relações sociais de confiança no plano normativo (as solidariedades tacitamente implícitas em que se apoiam os actos elocutórios) e as competências adquiridas no processo de socialização (o pano de fundo das intenções do locutor) (HABERMAS, 2000, p. 291).

Na Biblioteconomia, uma ciência desconstrutiva das aporias (técnicas) e acalorada mais no conhecimento histórico-hermenêutico, a ação comunicativa envolve agentes e saberes competentes a partir da perspectiva participativa. Assim, “o mundo da vida forma um horizonte e ao mesmo tempo oferece uma quantidade de evidências culturais das quais os participantes no ato de comunicar, nos seus esforços de interpretação retiram padrões de interpretação consentidos” (HABERMAS, 1990a, p. 279).

Moya (2011) concebe que as bibliotecas são organizações sociais, das quais se fundam necessidades e ações para a melhoria humana, e são permeadas de construções e de práticas voltadas para as relações sociais compartilhadas.

O indivíduo se humaniza mediante a cultura, porque ela une a vida social. E é um modo de entender e desenvolver

na vida, os ideais, os sentimentos, as tradições e costumes, concretizando em práticas sociais. [...] as práticas bibliotecárias, em tantas práticas sociais, criadoras e reprodutoras de cultura, essas correspondem como parte de um sistema sociocultural, na qual incidi no desenvolver cultural mediante aos mecanismos, ordenamentos e modos de atuação especificamente humanos (MOYA, 2011, p. 12, tradução nossa).

Por conseguinte, na Biblioteconomia, a objetividade do paradigma empiricista e técnico ainda precisa colocar em discussão suas aplicações com a informação e as práticas de mediação. Assim, o modo de atuar e de interagir e a relação interpessoal dos profissionais da informação com o campo de estudos críticos da Biblioteconomia devem ser planejados para o acesso à informação.

Sob o ponto de vista de Civallero (2012, p. 33-34 – tradução nossa), para que tenhamos uma Biblioteconomia mais crítica, social e democrática, é necessário um conjunto de avaliações analíticas em seu plano teórico e prático e suas esferas de atuação. O autor acrescenta que:

1. A teoria é a espinha dorsal de toda disciplina e que são os conceitos, as categorias, os vínculos, as estruturas, as relações, os métodos e as definições que fundamentam suas ações. Existe uma necessidade urgente de regenerar, consolidar e ampliar o corpus teórico da Biblioteconomia;
2. A teoria deve ser construída: a) através da sistematização planejada das práticas biblioteconômicas (especialmente as baseadas em indícios, pistas e evidências) a partir de um enfoque plural comparativo/internacional e integrador; e b) através do diálogo e de debates abertos interdisciplinares, ativos e críticos que permitam confrontar as práticas da Biblioteconomia;
3. A Biblioteconomia deve considerar seriamente a inclusão de reflexões e abordagens críticas bem como a adoção de perspectivas políticas e filosóficas (humanistas) tanto nos processos de elaboração e de análise teórica quanto em sua prática cotidiana;
4. É recomendativo criar espaços de participação profissional, onde se divulgue e explique a teoria da Biblioteconomia, de modo que seja útil e operacional e possa

ser discutida, contestada e reformulada (especialmente por meio de estratégias de pesquisa-ação);

5. Tanto a teoria quanto as ferramentas necessárias para as categorias de construção, adaptação e diretrizes pertencentes às áreas do conhecimento devem estar presentes nos âmbitos acadêmicos e educacionais, desde que alcancem a autonomia teórica da Biblioteconomia;
6. O discurso a favor da aparente neutralidade da Biblioteconomia deve ser abandonado, e a realidade, assumida. A Biblioteconomia tem seus princípios ideológicos, econômicos e políticos, e os profissionais devem esclarecer, analisar e encontrar o melhor argumento para defender, questionar e modificar;
7. A mercantilização da biblioteca, com seus processos e atividades, deve ser relatada, e nunca, naturalizada. Não se deve esquecer de que a biblioteca é uma entidade criada para capacitar os cidadãos, garantir o direito à liberdade de informação e de acesso universal ao conhecimento;
8. As associações e as organizações da Biblioteconomia não devem endossar os estreitos interesses do sistema capitalista e suas estruturas sujeitas à lógica do mercado. Em vez de um fórum de publicidade e venda de serviços, elas precisam fornecer espaços de aprendizagem reais, intercâmbio e difusão do conhecimento.
9. A formação biblioteconômica carece de ser adaptada à realidade atual das bibliotecas, sem perder de vista suas bases teóricas e suas vertentes disciplinares. A Escola de Biblioteconomia tem que ser mais do que um prelúdio para o mercado de trabalho e tornar-se um lugar de formação educacional integral e humanística, onde se formem profissionais críticos da informação, e não, apenas, de um dado perfil de trabalho.

Com os pressupostos arqueados na ação do ato comunicativo, os paradigmas podem ser observados por meio de uma abordagem mais abrangente, com a proposta de compreender tanto os aspectos físicos quanto os cognitivos que balizam seu próprio conteúdo de incertezas.

A Biblioteconomia deve propor ações críticas em seu campo de conhecimento, que possibilitem a

concepção crítica e comunicativa e dê consistência para tirar do seu círculo aporético as tradições que não visam a um entendimento recíproco.

Civallero (2013) afirma que a ação política e progressista do profissional bibliotecário precisa envolver a reflexão e o debate crítico e compreender o jogo de conceitos teóricos, pensamentos e abordagens que atravessam a liberdade, a solidariedade e o compromisso social da Biblioteconomia. O principal vínculo com a investigação consiste em trazer a relação crítica para a Biblioteconomia, de modo a ressignificar o campo instrumental, que é balizado pela ideologia da técnica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, tentamos compreender, de forma teórica e interpretativa, uma possível prática intersubjetiva, na Biblioteconomia e na ação progressista, a receptividade que envolve a Biblioteconomia como uma área humanística e seus laços emancipatórios. Para isso, foi necessário levantar o debate e mostrar a relevância teórica e social da Biblioteconomia, porquanto o papel do bibliotecário é indispensável no processo de mediação e de organização dos conhecimentos nas bibliotecas e nos centros.

Os resultados indicaram que, na Biblioteconomia, os estudos sociais e culturais trazem à luz enfoques interpretativos de lacunas e valores teóricos práticos ainda pouco estudados, e que a ação progressista ressignifica seu campo de estudo, principalmente por meio da ação comunicativa. Além disso, na prática intersubjetiva profissional, o fazer biblioteconômico acontece como uma ação coletiva, visando ao diálogo cooperativo.

Nesse contexto, é necessário conduzir os profissionais bibliotecários a se aproximarem mais do social, por meio da mediação e de práticas discursivas, com o objetivo de construir aportes, com o fim de pensar para além das aporias instrumentais e de seus paradigmas. É preciso, ainda, que a Biblioteconomia dê um novo significado ao *agir funcional instrumental* (ideologia da técnica) e em seu campo de atuação (biblioteca), com ações coletivas emancipatórias, pois consideramos que a ação comunicativa pode restabelecer o campo instrumental dessa Ciência e torná-la participativa.

Assim, embora este seja um estudo de base interpretativa, temos convicção de que a Biblioteconomia progressista e crítica pode ser um ponto de partida para outros estudos, um caminho aberto para a Ciência da Informação e seus estudos epistemológicos, e com o incremento da teoria habermasiana, pode-se fazer uma remodelagem em sua arena.

Artigo recebido em 18/01/2018 e aceito para publicação em 23/04/2018

INTERSUBJECTIVE CONSTRUCTIONS IN THE BIBLIOTECONOMICAL PROFESSIONAL PRACTICE: reflections for emancipation and human dignity

ABSTRACT

The article addresses intersubjective practice in Librarianship and progressive action, in order to find clues about the receptivity that involves this science as a humanistic area, establishes critical and emancipatory thoughts aiming at the bonds of cooperativity. For this, it contemplating theory and practice and re-signifies technical action by the Progressive (social) action of the librarian. This is a theoretical research, with a critical and interpretative approach, based on the thinking of Jürgen Habermas on communicative action and based on the hermeneutical characterization, which tries to develop in the discursive action, in the intersubjective dialogue of Librarianship and in the social role of the librarian. The study show that it is necessary to lead librarians closer to the social, with mediation discursive practices, and to build contributions to think beyond the instrumental aporias and to go beyond the paradigms that are instituted. Through communicative reasons, the reform of the constructs (instrumental) of the ideology of the technique comes to tow, in the perspective of making users more autonomous. Therefore, although it is an interpretative base study, one can assert the progressive and critical librarianship is a starting point for other studies, an open path to information science and its epistemological base studies.

Keywords: Communicative action. Librarianship. Librarian. Emancipation. Human dignity.

REFERÊNCIAS

- ANDERSEN, J. Information criticism: where is it?. **Progressive librarian**, n. 25, p. 12, 2005.
- ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2007.
- BARROS, L.V. **O Estado (in)transparente**: limites do direito à informação socioambiental no Brasil. 2008. 368 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4167/1/2008_LucivaldoVasconcelosBarros.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2017.
- BRAGA, G. Informação e Ciência da Informação: breves reflexões em três tempos. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 24, n. 1, 1995.
- CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5, **Anais...** 2003. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- CIVALLERO, E. Aproximación a la Bibliotecología Progresista. El profesional de la información, v. 22, n. 2, 2013. Disponível em: <<http://www.elprofesionaldelainformacion.com/contenidos/2013/marzo/10.html>>. Acesso em: 25 fev. 2017.
- _____. **Contra la 'virtud' de asentir está el 'vicio' de pensar**: reflexiones desde una bibliotecología crítica. Preprint: Acta Academica, 2012. Disponível em: <https://issuu.com/edgardo-civallero/docs/reflexiones_desde_una_bibliotecolog/1>. Acesso em: 25 fev. 2017.
- CUADRADO, A. G. La investigación en historia de las instituciones documentales: estado de la investigación y propuesta metodológica. **Anales de Documentación**, [S.l.], v. 1, ene. 1998. Disponível em: <<http://revistas.um.es/analesdoc/article/view/3091/3061>>. Acesso em: 25 fev. 2017.
- DAVALLON, J. La médiation: la communication en process. **Médiations & Médiateurs**, Paris, n.19, p.37-59, 2003. Tradução de Maria Rosário Saraiva. Revisão de Maria Rosário Saraiva e Helena Santos.
- DELEUZE, G. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- FOIS, S.; PERELLÓ, J. G. Una aproximación a la Bibliotecología crítica, socio-política, progresista y alternativa. In: IV Congreso Nacional de Bibliotecología, Documentación, Archivística y Museología, **Anais...** 2008. Potosí, Bolivia, noviembre, 2008. Disponível em: <www.cpcib.org/congrpts/ponencias/JAVIER_GEMIO%5B1%5D.doc>. Acesso em: 29 fev. 2017.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GONZALEZ, M. E. Q. Visões de um mundo: uma reflexão a partir da perceptiva da filosofia ecológica. In: SIMONETTI, Mirian Cláudia (Org.). **(In) sustentabilidade do desenvolvimento**: meio ambiente, agronegócio e movimentos sociais. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011.
- GOUVEIA JÚNIOR, M.; SALCEDO, D. A. Uma arqueologia biblioteconômica: paradigmas, rastros e discursos. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 14, n. 1, p. 5-27, dez. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8639481>>. Acesso em: 01 fev. 2017.
- HABERMAS, J. **Para a reconstrução do materialismo histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. **Conhecimento e interesse**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- _____. **Pensamento pós-metafísico**. Tradução de: Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990a.
- _____. **La lógica de las ciencias sociales**. Madrid: Tecnos, 1990b.
- _____. **Passado como futuro**. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

_____. **Direito e democracia: entre facticidade e validade I.** Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997a.

_____. **Direito e democracia: entre facticidade e validade II.** Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997b.

_____. **Teoría de la acción comunicativa I: Racionalidad de la acción y racionalización social.** Madrid: Taurus, 1999.

_____. **O discurso filosófico da modernidade.** 2. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000.

_____. **Técnica e Ciência como "ideologia".** Lisboa: Edições 70, 2009.

_____. The concept of human dignity and the realistic utopia of human rights. In: **Metaphilosophy**, v. 41, n. 4. Oxford, July, 2010.

IFLA. **Código de Ética da IFLA para bibliotecários e outros profissionais da informação.** IFLA, 2012. Versão português. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/assets/faife/codesofethics/portugueseofethicsfull.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2017.

KLEIN, N. Why being a librarian is a radical choice. In: **Dissentvoice**, 2003. Disponível em: http://dissentvoice.org/Articles7/Klein_Librarian.htm Acesso em: 25 fev. 2017.

LALANDE, A. **Vocabulário técnico e crítico da Filosofia.** 3ª Edição. Tradução: Fátima Sá Correia. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1999.

MILANESI, L. A. Formação do Informador. **Informação e informação**, Londrina, v. 7, n. 1, p. 07- 40, jan./jun. 2002.

MOYA, F. P. Bibliotecología y estúdios culturales: elementos teóricos que posibilitan su vinculación. Bibliotecas. **Anales de Investigación**, n. 7, 2011.

OLIVEIRA, A. N. de; CASTRO, J. L. de. Entre a censura e a disseminação: uma análise crítica sobre a prática profissional bibliotecária fundada na emancipação de informação e dignidade humana. **Páginas a&b: arquivos e bibliotecas**, p. 31-50, 2017.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspec. Ci. Inf.**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun.1996.

SILVA. L. E. F. da. **Ciência como técnica ou técnica como ciência: nas trilhas da Arquivologia e seu status de cientificidade.** 2013. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

TACHIZAWA, T; MENDES, G. **Como fazer monografia na prática.** 12. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.